

FH reitera apoio ao Chile

MARCELO NINIO*

“Tenho horror aos ditadores, sobretudo aqueles que matam e que torturam. Não tenho porque mudar minha opinião sobre isso e inclusive sobre a pessoa em particular que está sendo afetada por essa decisão inglesa.” Assim o presidente Fernando Henrique Cardoso rechaçou ontem a insinuação de que teria mantido uma posição ambígua em relação ao general Augusto Pinochet ao assinar a declaração conjunta do Mercosul de apoio ao Chile, que critica a decisão do governo britânico de permitir a abertura do processo de extradição do ex-ditador para a Espanha.

Fernando Henrique justificou o apoio dado ao Chile, que quebrou o prolongado silêncio do governo brasileiro em relação ao caso Pinochet, dizendo que foram defendidos princípios – de soberania nacional e territorialidade – e não pessoas ou atos específicos. “Eu acho que o Chile é que deve decidir. O presidente do Chile, Eduardo Frei, sofreu com a ditadura, o povo do Chile sofreu com a ditadura e as palavras e as ações de Frei não justificam o injustificável ou o abuso aos direitos humanos”, disse o presidente durante a entrevista coletiva realizada no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio, que encerrou a reunião de cúpula do Mercosul.

Horas antes, durante a sessão de pronunciamentos que antecedeu a reunião do conselho do Mercosul, na sede da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), Fernando Henrique já havia esclarecido sua posição e elogiado a postura do presidente chileno. “Ele demonstrou-se um homem de Estado, quando é difícil tomar uma decisão nessa matéria, quando se trata de algo que pode dar a impressão de defender o indefensável”, disse o presidente brasileiro.

As manifestações de Fernando Henrique foram resultado do encontro com Eduardo Frei, na quarta-feira, no Palácio do Itamarati. O presidente chileno reforçou seu discurso de que tratava-se de garantir a soberania de seu país e não de defender um ex-ditador e sensibilizou Fernando Henrique, que até então vinha mantendo posição de neutralidade. O presidente brasileiro decidiu, então, não só assinar o documento como intensificar o discurso de apoio ao Chile.

O presidente chileno, Eduardo Frei, que ontem antecipou o retorno a seu país em algumas horas por causa da decisão britânica, agradeceu o respaldo recebido pelos governos do Mercosul e da Bolívia, embora os presidentes tenham mantido o debate em termos gerais, evitando falar diretamente de Pinochet. “Estamos defendendo princípios, princípios que são fundamentais. Aqui se trata de um ato que viola a soberania do Chile”, disse Frei, que pediu “respeito” ao processo de transição no país e a suas instituições.

O presidente chileno criticou os critérios “duplos” adotados pela Europa, afirmando que o continente não tem “um histórico de democracia dos mais limpos” e lembrando que ditadores africanos continuam a visitar seus países sem ser importunados. Em seguida, Frei voltou a defender que a punição a ser sofrida pelo general Pinochet seja decidida por seus compatriotas. “No Chile há tribunais, no Chile há julgamentos e o Chile é um dos poucos países do mundo onde o chefe da polícia secreta está detido”, afirmou.

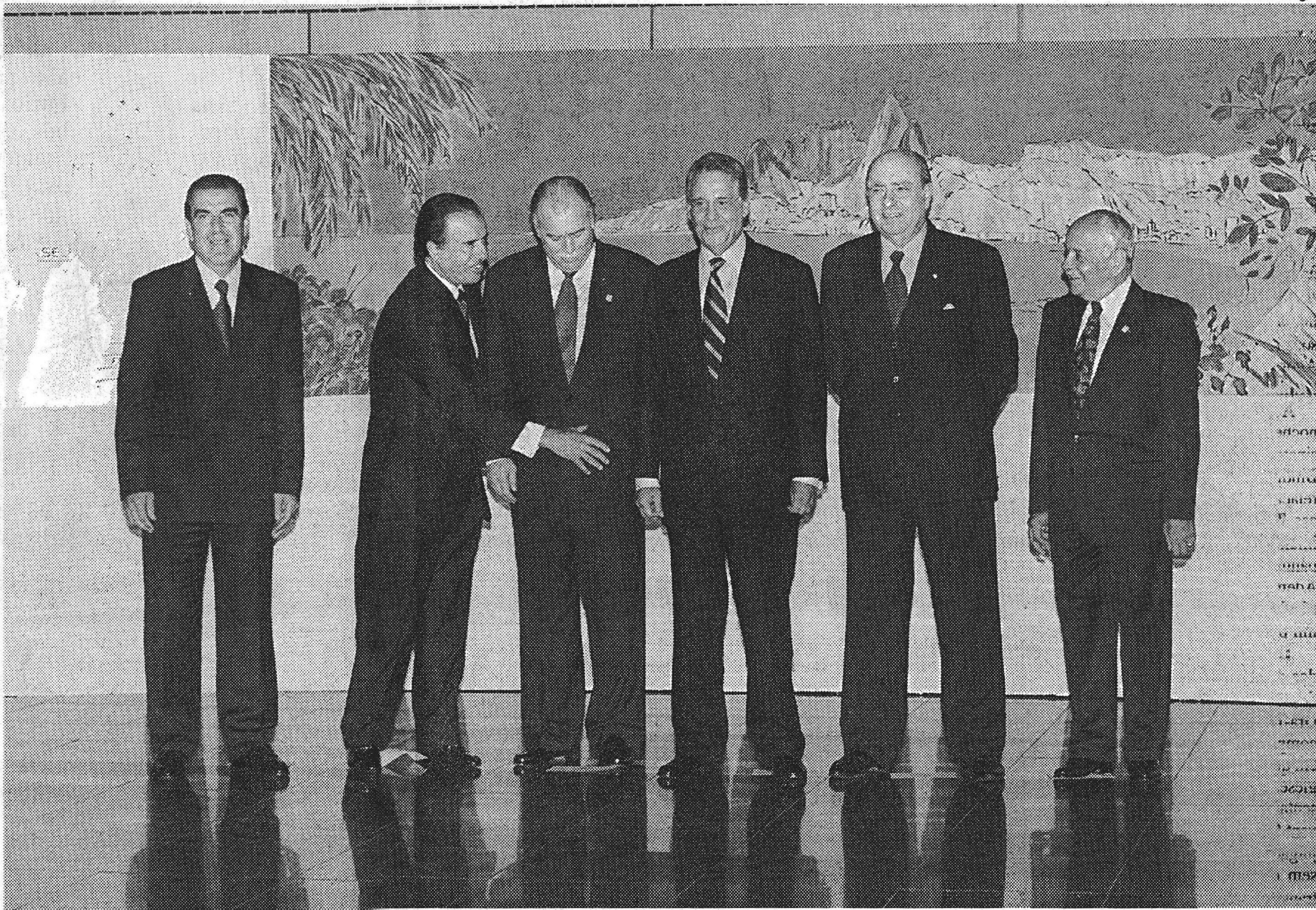
Franco – Ao mesmo tempo em que aderiu às críticas contra a interferência externa em assuntos domésticos do Chile, o presidente Fernando Henrique arriscou uma sugestão. “Creio que o Chile deve avançar nas investigações sobre quem cometeu torturas e atos de violência para que sejam julgados”, disse o presidente, salientando que para tal fim é necessária a utilização de um mecanismo internacional que respeite a soberania dos países. “Sou favorável a que haja um tribunal penal internacional para julgar os casos dessa matéria. Sobre isso, não só eu, mas outros países daqui, notadamente o Chile, têm apoiado desde Roma”. Fernando Henrique referia-se ao Tribunal Internacional Penal instituído na capital italiana em junho para julgar crimes contra a humanidade.

O destino de ex-ditadores e a interferência européia também foram tema de uma pergunta endereçada ao presidente da Argentina, Carlos Menem. Questionado sobre o pedido de prisão emitido por um juiz suíço contra o ex-presidente Jorge Videla, que foi acusado de envolvimento no seqüestro de bebês durante a ditadura argentina e cumpre prisão domiciliar em Buenos Aires, Menem rejeitou a possibilidade de ingerência externa. “Os militares argentinos foram julgados e houve sentenças e eu, com as faculdades de presidente, os indultei. Nós não toleraremos a violação da soberania, partindo do princípio de territorialidade”, disse Menem.

Assim como o presidente chileno, Menem mostrou extrema irritação com a atitude européia em relação à América Latina. “Eu perguntaria ao juiz Garzón se ele julgou um só dos colaboradores de Franco”, indagou, em irônica referência ao ditador que governou a Espanha de 1939 até a sua morte, em 1975. “Ainda assim, ele mexe com nossa gente.”

A tradição latino-americana de respeito à soberania acima de todos os princípios foi citada pelo presidente do Uruguai, Juan María Sanguinetti, para destacar as particularidades legais de cada região. “Nos Estados Unidos, por exemplo pôde-se prender e julgar um presidente em julgamento, como no caso do general Noriega, do Panamá”, lembrou Sanguinetti, ressaltando que o repúdio dos países do Mercosul à decisão britânica não tem nenhuma base ideológica. “Esse não é um tema de ditadores de direita ou de esquerda. É um tema de democracia e soberania.”

Ocupado com seus próprios problemas domésticos, o presidente do Paraguai, Raúl Cubas, foi o único que não falou do caso Pinochet. Cubas irritou-se ao ser perguntado sobre a crise institucional deflagrada no país por sua recusa em acatar a decisão da Suprema Corte de mandar para a prisão o general golpista Lino César Oviedo. “Não vou responder a afirmações falsas”, disse o presidente, sem contudo justificar sua decisão em termos legais. “O Paraguai vive um Estado de direito, os poderes são independentes e são respeitados por todos.”



Entre os outros presidentes do Mercosul, Fernando Henrique justificou a defesa da posição chilena diante do caso Pinochet como uma questão de “princípios”